

Exposição de Motivos nº 010/2018

Imbituba, 14 de Agosto de 2018.

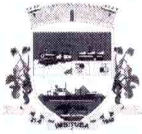
Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Imbituba para 2019, em cumprimento aos preceitos legais.

Como é de seu conhecimento, a Constituição Federal dispõe sobre o sistema orçamentário brasileiro, determinando aos municípios a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, referenciada no Plano Plurianual e na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Orçamento Público compreende um conjunto de leis formado pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) que, articuladas entre si, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas.

A LDO deve conter as diretrizes gerais, metas e prioridades da área pública, que servirão para orientar a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), objetivando maior integração entre estas e o planejamento de longo prazo.

Este mandato da Administração do Município de Imbituba tem o firme propósito de inovar na gestão pública para melhorar a vida das pessoas, adotando inclusive como mote “Fazendo a diferença na vida das pessoas”. A elaboração das peças orçamentárias tem como eixo um novo modelo de administração pública, com respeito aos valores constitucionais e voltado ao exercício da cidadania, buscando aprofundar a democracia, com atendimento das demandas sociais apontadas diretamente pela população. Estamos construindo a democracia participativa, que estabelece de forma direta a relação entre governo e cidadãos, caracterizada pelo diálogo permanente, pela transparência e pelo respeito.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

São prova dessa determinação as diretrizes estabelecidas no Plano de Governo: transformar Imbituba numa cidade para todos, focada no bem-estar social; construir um município humanizado, sustentável e capaz de garantir oportunidades; qualificar e diversificar seu perfil econômico e natural, com foco na ciência, na tecnologia e na informação, para atrair novos setores produtivos para o município; conciliar desenvolvimento urbano com preservação do patrimônio histórico e da natureza; desenvolver o município com responsabilidade, com justiça social; oportunizar a valoração da arte e da cultura como fontes geradoras de transformação, para uma sociedade mais igualitária e justa.

Também esse governo não desconsidera os canais democráticos já existentes, pelo contrário, procura valorizá-los e levar em conta o seu entendimento e exame da realidade, a sua produção. É o caso dos conselhos municipais de direitos e de políticas públicas, assim como os planos municipais, que são elaborações realizadas por representantes da sociedade civil junto com representantes do Poder Público sobre determinada política pública. Temos oito planos elaborados, que são: Plano Municipal de Educação de Imbituba; Plano Municipal de Saneamento Básico Participativo; Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (cujá revisão está sendo realizada); Plano Municipal de Promoção de Oportunidades, de Combate ao Racismo e de Ações Afirmativas para Afrodescendentes do Município de Imbituba; Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS; Plano Municipal de Assistência Social; Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Cultura. Também há o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Portanto, uma plêiade de construções coletivas, que contaram com a participação, na sua elaboração, de muitos cidadãos e muitos funcionários públicos, principalmente da Prefeitura.

Lembramos ainda aqui, Sr. Prefeito, os 15 programas do Plano Plurianual 2018-2021, que orienta a elaboração das peças orçamentárias anuais, como a que estamos submetendo à sua análise neste momento: Meio Ambiente para todos; Gestão da Política Municipal de Assistência Social; Proteção à Criança e ao Adolescente; Prevenção de Drogas de Imbituba; Gestão da Política Municipal de Assistência Social; Apoio ao Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca; Encantos do Sul – Menina dos Olhos dos Mares do Sul; Caminhos para o Desenvolvimento – Fazendo a Diferença na Vida das



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Pessoas; Modernização das Gestão Urbana; Gestão Administrativa; Controle Urbano; Educação em Ação: Compromisso de Todos; Cultura para Todos; e, Construindo o Esporte.

Ao apresentar o presente projeto de lei, cabe referir o estágio da construção do Orçamento Participativo, que iniciamos no ano passado, orientado pelo entendimento de criar consciência de governo na população, organizando as necessidades, elegendo demandas e fortalecendo a organização social.

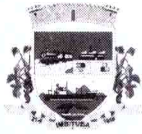
Para exatamente ir ao encontro deste propósito, é objetivo do período constituir a Comissão do Orçamento Participativo – com representantes de cada um dos 30 bairros, para que a Prefeitura tenha contato constante e intenso com todos os recantos do município, e não só com seus espaços mais centrais e, em geral, mais bem atendidos.

Visitadas todas as comunidades, lançamos a Comissão do Orçamento Participativo no dia 28 de março do ano em curso. Desde então, as Secretarias têm conversado e prestado contas de suas atividades. A Secretaria da Educação, da Saúde e da Infraestrutura foram as primeiras, sendo que até o fim do ano haverá encontros com todas as secretarias.

Para a elaboração do orçamento de 2019, a Comissão, através dos integrantes de todos os bairros, identificou demandas durante os meses de maio e junho, encaminhando-as à prefeitura. A partir daí, por quatro semanas, as secretarias analisaram essas reivindicações à luz das necessidades das comunidades, das questões técnicas, do programa de governo, da política de cada secretaria e das condições financeiras, para propor o projeto de lei que ora lhe submetemos, sr. Prefeito.

Integra, portanto, a peça orçamentária em questão, uma Relação de Atividades e Projetos Prioritários, divididos por Secretaria, resultado de quase quatro meses de diálogo e planejamento entre o Governo e a Cidadania. Em setembro, durante a elaboração da Lei do Orçamento Anual, realizaremos Audiências Públicas nas cinco Regiões de Planejamento, para explicitar as definições e realizar as adequações necessárias.

Assim, Sr. Prefeito, faremos a democracia participativa evoluir, para o alcançarmos mais desenvolvimento social e econômico em nosso município, inspirado pelo mote do Orçamento Participativo – “Você construindo uma cidade sustentável e justa”.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

São essas, Senhor Prefeito, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da norma em questão.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal da Fazenda – SEFAZ - Interino